

RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.741 - MG (2018/0334480-9)

RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : ANA MARIA RICHIA SIMON E OUTRO(S) - MG074132
RECORRIDO : ERISCLEIDE CHAVES GONÇALVES
ADVOGADO : ADILSON MENDES COSTA JUNIOR E OUTRO(S) -
MG125751

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Eriscleide Chaves Gonçalves ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em maio de 2015, tendo como objetivo a declaração de nulidade da rescisão contratual, com a sua consequente reintegração ao cargo de agente penitenciário. Ainda, requereu a condenação do réu ao pagamento dos valores que deixou de receber até o término do contrato.

Após sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais foi interposta apelação, que teve seu provimento parcialmente concedido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, ficando consignado que, nos três meses que antecederem as eleições até a posse dos eleitos, é proibida a dispensa sem justa causa de servidor público, mesmo dos contratados para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. AGENTE PENITENCIÁRIO. CONTRATO TEMPORÁRIO. RESCISÃO UNILATERAL E ANTECIPADA. MOTIVO NÃO COMPROVADO. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. PERÍODO ELEITORAL. REINTEGRAÇÃO. DESCABIMENTO. PARCELAS SALARIAIS NÃO RECEBIDAS. PAGAMENTO. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA.

- O art. 73, inciso V, da Lei federal nº 9.505/1997, estabelece que, nos três meses que antecederem as eleições até a posse dos eleitos, é proibida a dispensa sem justa causa de servidor público, mesmo dos contratados para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

- Se a rescisão se verificou com base na extinção da causa transitória justificadora da contratação (posse de servidor efetivo), cumpria ao Estado o ônus da prova do fato alegado (art. 373, II, do CPC/2015). Além disso, deveria avisar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da dispensa, nos termos do art. 13, III, parágrafo único, da Lei estadual nº 18.185/09.

- Mesmo nula a rescisão contratual, não é possível a reintegração do contratado nas funções do cargo, assegurado, entretanto, o pagamento dos salários que deixou de receber, por todo o período de vigência estabelecido no

Superior Tribunal de Justiça

contrato.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o Estado de Minas interpôs o presente recurso especial, apontando violação do art. 188 do CC e 73, V, da Lei nº 9.504/97.

Sustenta, em síntese, que a dispensa unilateral estava prevista no contrato e na legislação estadual que lhe serviu de base.

Aduz que o servidor temporário não deve ser tratado da mesma forma que o estável, para fins de aplicação da lei eleitoral.

Argumenta, para tanto, que:

Desta forma, urge que seja reformado o v. acórdão regional, para que o recorrente seja absolvido do dever de indenizar o recorrido, pois, a teor do art. 188/CC, o recorrente agiu no exercício regular de um direito e conforme o princípio da legalidade (art. 37, , da Constituição Federal). Logo, não praticou caput ato ilícito.

Ora, é incontroverso que a dispensa unilateral do contrato estava prevista no contrato e na legislação estadual que lhe serviu de base.

Considere-se, ainda, que não houve afronta ao art. 73, e inciso V, da Lei 9.504/97 (Lei Eleitoral), caput que foi interpretado radicalmente contra o princípio da legalidade (art. 37, , da Constituição Federal) caput e incisos IX e XIII do mesmo art. 37/CF, eis que a decisão recorrida equipara servidor temporário ao estável, para efeito de aplicação da Lei Eleitoral.

A equiparação entre efetivo e contratado viola, ainda, o inciso II, do art. 37/CF, que estabelece o concurso público como pressuposto à nomeação de servidor em caráter efetivo.

Positivamente, a atribuição de estabilidade eleitoral ao servidor contratado temporariamente viola também o art. 37, inciso IX, da CF, que determina que tal contrato possui caráter excepcional e temporário, sendo a possibilidade da sua rescisão unilateral consequência lógica deste caráter excepcional. (fl. 211)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Superior Tribunal de Justiça

Não merece conhecimento o presente recurso, porquanto as alegações do Recorrente, no recurso especial, visam revisitar a legislação local aplicável, bem como o contrato firmado entre as partes, o que é inviável em recurso especial, atraindo a incidência da Súmula nº 280/STF, que dispõe que "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário", e da Súmula nº 5/STJ, a qual prevê que "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial".

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO TEMPORÁRIO. LEGITIMIDADE. ANÁLISE DE LEI LOCAL. INVIABILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 280/STF. REVISÃO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

(...)

3. Ademais, verifica-se, na vasta referência aos fatos e provas do processo, não haver como infirmar as conclusões do Tribunal de origem, quanto à validade da contratação do recorrente, sem arredar as premissas fático-probatórias sobre as quais se assentam, o que é vedado nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1773516/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 17/12/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

